



VNiVERSIDAD
D SALAMANCA

CAMPUS DE EXCELENCIA INTERNACIONAL

Tesis Doctoral

Arqueologia do povoamento rural alto-medieval no território de Castelo de Vide (séculos V-VIII)

Sara Maria Sena Esteves Prata

Dirigida por:
Dr. Iñaki Martín Viso
Dra. Catarina Tente

Salamanca, 2018



Arqueologia do povoamento rural alto-medieval no território de Castelo de Vide (séculos V – VIII)

Resumo: Esta dissertação analisa o povoamento rural do território de Castelo de Vide durante o período alto-medieval, num intervalo balizado entre os séculos V e VIII. A área de estudo foi definida pelos limites administrativos do Concelho de Castelo de Vide (Alto Alentejo, Portugal), uma paisagem de transição entre as planícies baixo-alentejanas e os relevos da Beira Baixa, marcada por terrenos graníticos e uma densa rede hidrográfica.

O trabalho realizado apoia-se numa metodologia arqueológica assente em três pilares complementários: prospecção, escavação e estudo da componente artefactual. Apresentam-se os resultados inéditos obtidos a partir da escavação de 18 sítios alto-medievais, 6 das quais foram realizados sobre a co-direcção da autora entre 2014 e 2017. É igualmente oferecida uma síntese dos dados de superfície disponíveis para a ocupação rural romana e alto-medieval.

Com respeito à ocupação rural de época romana assistimos a uma descentralização dos sistemas produtivos, um processo perceptível arqueologicamente no abandono, reutilização e reaproveitamento de antigas propriedades romanas a partir de um momento impreciso do século V, a par com a construção de novos habitats alto-medievais ao longo dos séculos VI e VII. Esta rede de sítios rurais conforma um modelo de povoamento disperso plasmado em pequenas unidades unifamiliares do tipo granja. A relação espacial entre as sepulturas rupestres e as áreas habitacionais/produtivas sugere a utilização dos espaços funerários como parte de um discurso legitimador, reivindicando direitos de uso de terra de cada grupo familiar auto-reconhecido.

Propõe-se uma estratégia de exploração do território baseada em práticas agro-pecuárias do tipo extensivo, a par com a produção de cerâmica comum, de armazenamento e de construção, e actividade metalúrgica limitada. Detecta-se a convivência de pelo menos três níveis de produção complementários: doméstica e local, destinadas ao autoconsumo e a trocas/prestações de serviços entre diferentes granjas; e supralocal, expressa em produções excedentárias de azeite e/ou vinho e na presença ocasional de produtos de prestígios (vidro, cobre e bronze) e que permitem inserir estas comunidades camponesas em escalas económicas mais abrangentes e propor a acção de elites exteriores.

Palavras-chave: Arqueologia; Alta Idade Média; comunidades camponesas; povoamento rural; Castelo de Vide (Alentejo, Portugal).

Arqueología del poblamiento rural altomedieval en el territorio de Castelo de Vide

(siglos V- VIII)

Resumen: La presente Tesis Doctoral analiza el poblamiento rural del territorio de Castelo de Vide (Alto Alentejo, Portugal) durante el periodo altomedieval, en el periodo comprendido entre los siglos V y VIII. El área de estudio fue definida de acuerdo a los actuales límites administrativos del municipio de Castelo de Vide, enclavado en un paisaje de transición entre las planicies bajo-alentejanas y los relieves de la Beira Baja, marcado por terrenos graníticos y una densa red hidrográfica. El trabajo llevado a cabo se fundamenta en una metodología arqueológica, con tres bases complementarias: prospección, excavación y estudio de la cultura material. Se presentan los resultados inéditos obtenidos a partir de la excavación de 18 yacimientos altomedievales, 6 de ellos bajo la codirección de la autora entre 2014 y 2017. Se ofrece también una extensa síntesis de los datos de superficie conocidos para la ocupación rural romana y altomedieval del territorio.

En relación a la ocupación rural en época romana, es perceptible una descentralización de los sistemas productivos, un proceso visible arqueológicamente en el abandono, reutilización o reaprovechamiento de las antiguas propiedades romanas a partir de un momento impreciso del s. V, y que deriva en la construcción de nuevos hábitats altomedievales a lo largo de los siglos VI y VII. Esta red de yacimientos rurales conforma un modelo de poblamiento disperso, caracterizado por la presencia de pequeñas unidades unifamiliares de tipo granja. La relación espacial entre las sepulturas excavadas en la roca y las áreas habitacionales y/o productivas sugiere la utilización de los espacios funerarios como parte de un discurso legitimador, reivindicando los derechos de uso de la tierra de cada grupo familiar auto-reconocido.

Se observa la existencia una estrategia de explotación del territorio basada en prácticas agropecuarias de tipo extensivo, combinadas con la producción de cerámica común, de cobertura y recipientes de almacenaje, así como una actividad metalúrgica limitada. Se ha detectado la convivencia de por lo menos tres niveles de producción complementarios: doméstico y local, destinados al autoconsumo y al intercambio y prestaciones de servicios entre diferentes granjas; y un nivel supralocal, manifestada a través de la existencia de producciones excedentarias de aceite y/o vino y en la presencia ocasional de productos de prestigio (vidrio, cobre y bronce), que permiten incluir a estas comunidades campesinas en escalas económicas más extensas y proponer la acción de élites exteriores.

Palabras clave: Arqueología; Alta Edad Media; comunidades campesinas; poblamiento rural; Castelo de Vide (Alentejo, Portugal).

The archaeology of Early Medieval rural settlements in the territory of Castelo de Vide (5th to 8th centuries)

Abstract: This thesis focuses on the Early Medieval settlements in the territory of Castelo de Vide between the 5th and 8th centuries. The geographical frame was set within the administrative boundaries of the Municipality of Castelo de Vide (Alto Alentejo, Portugal), a transition landscape between the low plains of Baixo Alentejo and the hills of Beira Baixa, marked by granitic lands and a dense hydrographic network.

The research method was an archaeological approach based on 3 complementary work tasks: surface field-survey, archaeological excavations and material culture analysis. The results of the excavation of 18 Early Medieval sites, 6 of which were co-directed by the author between 2014 and 2017, are brought forth. An overview of the available surface data for the roman and Early Medieval rural settlements is also presented.

The results obtained suggest a decentralization of the previous roman land-use model, visible archaeologically through the abandonment or reuse of previous roman estates throughout the 5th century. During the 6th and the 7th centuries new Early Medieval habitats are built. This network of new farmsteads creates a disperse settlement pattern. The spatial association between rock-cut graves and domestic/productive structures suggests that the funerary areas were used as part of a legitimization narrative, through which each self-recognized family group claims its land-use rights.

Evidence suggests a land-use model based on cattle raising and extensive farming, and also the production of pottery (common ware, storage vessels and roof tiles) and limited metallurgic activities. At least 3 different production levels seem to coexist: domestic, for household use; local, the trade of goods and services between farmsteads; and a supra-local level, expressed in excess productions of olive oil and/or wine and in the occasional presence of prestige goods (glass, copper and bronze). The regional level suggests the integration of these rural communities within broader economic scales and proposes the action of outside elites.

Key-words: Archaeology; Early Middle Ages; Peasant communities; rural settlements; Castelo de Vide (Alentejo, Portugal).

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	1
I.1. Contexto da investigação	5
I.2. Organização da dissertação	6
I. INTRODUCCIÓN (Castellano)	9
I.1. Contexto de la investigación	13
I.2. Organización de la Tesis	15
II. ENQUADRAMENTO	17
II.1. Definição do espaço de estudo	17
II.1.1. Caracterização do território	20
II.1.2. Distorções: a paisagem actual e o factor humano	24
II.2. Balizamento cronológico	29
II.3. Antecedentes da investigação	31
II.3.1. As primeiras investigações	33
II.3.2. Os contributos da Secção	36
II.3.3. Investigação académica	38
II.3.4. Outros trabalhos	40
II.4. Arqueologia camponesa: um breve estado da questão a nível peninsular	41
II.5. O projecto PRAMCV: quadro da actuação arqueológica	46
III. METODOLOGIA	59
III.1. Objectivos da investigação	59
III.2. Definição do objecto de estudo	60
III.2.1. Origem da informação	62
III.2.2. Características da amostra e hierarquização da informação	63
III.3. Métodos de investigação	65
III.3.1. Prospecção e SIG: gestão dos dados de superfície	66
III.3.1.1. Protocolo de actuação	67
III.3.1.2. Sistematização da informação e interpretação dos dados	70
III.3.1.3. SIGs	74

III.3.2. Escavação arqueológica	77
III.3.2.1. Opções metodológicas	78
III.3.2.2. Apresentação da informação	81
III.3.3. O espólio arqueológico	82
III.3.3.1. Cerâmica	83
III.3.3.1.1. Conceitos operativos	85
III.3.3.2. Cerâmica de construção	97
III.3.3.3. Os metais	98
III.3.3.4. Os líticos	99
III.3.3.5. Outros	99
III.3.3.6. Os ecofactos	100
III.3.4. Datações absolutas	100
III.3.5. Recolhas de amostras	101
III.3.6. Medidas de conservação, protecção e visualização do património alto-medieval	103
IV. A EVIDÊNCIA ARQUEOLÓGICA	105
IV.1. A ocupação romana	105
IV.1.1. Escavações	105
IV.1.2. Vestígios de superfície	108
IV.1.3. O final do mundo romano	113
IV.2. A ocupação alto-medieval: escavações	131
IV.2.1. Santo Amarinho	139
IV.2.2. Boa Morte	153
IV.2.3. Cerejeiro	165
IV.2.4. Sobral	171
IV.2.5. Couticeira	175
IV.2.6. Moita Forte	179
IV.2.7. Vale da Bexiga	185
IV.2.8. Mascarro	199
IV.2.9. Tapada do Manuel Antunes	221
IV.2.10. Remendos do Manuel Antunes	231
IV.2.11. Porto de Alcaria e Chaparro	241
IV.2.12. Tapada da Ponte	245
IV.2.13. Tapada das Guaritas I	251

IV.2.14. Tapada das Guaritas II	281
IV.2.15. Curral do Caras	313
IV.2.16. Junçal	321
IV.2.17. Tapada das Freiras	351
IV.2.18. Colegiada	367
IV.3. A ocupação alto-medieval: os dados de superfície	387
IV.3.1. A actuação arqueológica	388
IV.3.2. Sistematização dos resultados	390
IV.3.3. Um povoamento articulado	394
IV.3.4. Integração regional	401
IV.3.5. A rede viária: principais eixos de comunicação	403
V. DISCUSSÃO	423
V.1. Técnicas construtivas	423
V.2. A produção oleira	443
V.3. Outras produções	481
V.4. Estruturas de transformação de produtos	487
V.5. A dimensão funerária	517
V.6. Exploração e articulação do território	549
V.7. Proposta diacrónica	561
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS	567
VI. CONSIDERACIONES FINALES (Castellano)	573
Bibliografia	579
Lista de abreviaturas	603
Lista de acrónimos	604
Lista de figuras	605
Lista de tabelas	621
Lista de gráficos	623

ÍNDICE

I. INTRODUCCIÓN	1
I.1. Contexto de la investigación	5
I.2. Organización de la Tesis	6
I. INTRODUCCIÓN (Castellano)	9
I.1. Contexto de la investigación	13
I.2. Organización de la Tesis	15
II. ENCUADRAMIENTO	17
II.1. Definición del espacio de estudio	17
II.1.1. Caracterización del territorio	20
II.1.2. Distorsiones: el paisaje actual y el factor humano	24
II.2. Límites cronológicos	29
II.3. Antecedentes de la investigación	31
II.3.1. Las primeras investigaciones	33
II.3.2. La contribución de la <i>Seqção</i>	36
II.3.3. Investigación académica	38
II.3.4. Otros trabajos	40
II.4. Arqueología campesina: un breve estado de la cuestión a nivel peninsular	41
II.5. El proyecto PRAMCV: marco de la actuación arqueológica	46
III. METODOLOGÍA	59
III.1. Objetivos de la investigación	59
III.2. Definición del objeto de estudio	60
III.2.1. Origen de la información	62
III.2.2. Características de la muestra y jerarquización de la información	63
III.3. Metodología de la investigación	65
III.3.1. Prospección y SIG: gestión de los datos de superficie	66
III.3.1.1. Protocolo de actuación	67
III.3.1.2. Sistematización de la información e interpretación de los datos	70
III.3.1.3. SIGs	74

III.3.2. Excavación arqueológica	77
III.3.2.1. Opciones metodológicas	78
III.3.2.2. Presentación de los datos	81
III.3.3. La cultura material recuperada	82
III.3.3.1. La cerámica	83
III.3.3.1.1. Conceptos operativos	85
III.3.3.2. Conceptos operativos	97
III.3.3.3. Los metales	98
III.3.3.4. Los elementos líticos	99
III.3.3.5. Otros	99
III.3.3.6. Los ecofactos	100
III.3.4. Dataciones absolutas	100
III.3.5. Obtención de muestras	101
III.3.6. Medidas de conservación, protección y visualización del patrimonio altomedieval	103
IV. LAS EVIDENCIAS ARQUEOLÓGICAS	105
IV.1. La ocupación romana	105
IV.1.1. Excavaciones	105
IV.1.2. Vestigios en superficie	108
IV.1.3. El final del mundo romano	113
IV.2. La ocupación altomedieval: las excavaciones	131
IV.2.1. Santo Amarinho	139
IV.2.2. Boa Morte	153
IV.2.3. Cerejeiro	165
IV.2.4. Sobral	171
IV.2.5. Couticeira	175
IV.2.6. Moita Forte	179
IV.2.7. Vale da Bexiga	185
IV.2.8. Mascarro	199
IV.2.9. Tapada do Manuel Antunes	221
IV.2.10. Remendos do Manuel Antunes	231
IV.2.11. Porto de Alcaria e Chaparro	241
IV.2.12. Tapada da Ponte	245
IV.2.13. Tapada das Guaritas I	251

IV.2.14. Tapada das Guaritas II	281
IV.2.15. Curral do Caras	313
IV.2.16. Junçal	321
IV.2.17. Tapada das Freiras	351
IV.2.18. Colegiada	367
IV.3. La ocupación altomedieval: los datos en superficie	387
IV.3.1. Los trabajos arqueológicos	388
IV.3.2. Sistematización de los resultados	390
IV.3.3. Un poblamiento articulado	394
IV.3.4. Integración regional	401
IV.3.5. La red viaria: principales ejes de comunicación	403
V. ANÁLISIS DE LOS DATOS	423
V.1. Técnicas constructivas	423
V.2. La producción cerámica	443
V.3. Otras producciones	481
V.4. Estructuras de transformación de productos	487
V.5. El ámbito funerario	517
V.6. Explotación y articulación del territorio	549
V.7. Propuesta diacrónica	561
VI. CONSIDERACIONES FINALES	567
VI. CONSIDERACIONES FINALES (Castellano)	573
Bibliografía	579
Lista de abreviaturas	603
Lista de acrónimos	604
Lista de figuras	605
Lista de tablas	621
Lista de gráficos	623

I. INTRODUÇÃO

O período entre a queda do Império Romano do Ocidente e a chegada do Islão é marcado por sucessivas e profundas transformações político-administrativas, económicas e ideológicas no território peninsular. Até recentemente, o conhecimento disponível sobre esta época, que podemos balizar entre os séculos V e VIII, resultava da combinação de fontes díspares: os poucos documentos escritos, produzidos por e para sectores muito concretos da sociedade deste período; a informação extraída da arquitectura e elementos decorativos de edifícios singulares; e o estudo dos espólios funerários das necrópoles desta cronologia, dados que combinados ofereciam escassa informação e permitiam apenas leituras desiguais.

Paralelamente, conheciam-se os nomes dos intervenientes destacados, os momentos-chave e os palcos das grandes mudanças, o que possibilitava traçar uma sequência histórica, mais ou menos linear, pautada por conceitos em oposição: continuidade e ruptura; permanência e transição; antigo e medieval; clássico e bárbaro. E ainda que as revisões históricas mais recentes apelassem ao abandono desta visão historicista e catastrofista do período pós-romano, o subtexto latente nestes binómios continuou a contaminar parte da produção científica e os pressupostos teóricos de muitos investigadores. Basta ponderar sobre as diferentes designações que se aplicam a este período – tardo-antiguidade, suevo-visigótico, alto-medieval... – consoante se procure valorizar determinados processos, em detrimento de outros.

As tentativas de reconstruir os processos históricos desta época apresentavam-nos uma visão segmentada da sociedade, realizando leituras que deixavam de lado uma parte considerável da população: os camponeses. O mundo rural raramente merecia menção, ou era visto como uma realidade paralela, dependente dos centros urbanos em torno dos quais se estruturava, e os camponeses uma massa homogénea de figurantes que se ajustam passivamente à sequência histórica da narrativa central.

No entanto, a identificação de fenómenos sociais exclusivos do mundo rural neste período, e a constatação de um aumento de autonomia das sociedades camponesas na sua capacidade de autogerir os seus processos produtivos (Wickham, 2008), tornou evidente a importância de inserir o campo no debate histórico sobre esta época.

A nível peninsular, o contributo da arqueologia foi fundamental para esta mudança de paradigma. Principalmente em Espanha, entre 1997 e 2007, durante o período do *boom* construtivo, a arqueologia dos contextos alto-medievais conheceu um enorme crescimento e um influxo de dados sem precedente. As extensas áreas de afectação, tanto de projectos de

infra-estruturas públicas como de grandes investimentos privados, permitiram pela primeira vez intervir na totalidade dos sítios arqueológicos camponeses alto-medievais, ainda que num contexto de salvaguarda patrimonial. As realidades arqueológicas que se reconheceram nestas intervenções, e as importantes sistematizações que se viriam a realizar (Vigil-Escalera, 1999; 2003), permitiram visibilizar as comunidades camponesas do período alto-medieval, sobre as quais tão pouco se sabia até esse momento. Paralelamente, começaram a ser levados a cabo os primeiros projectos de investigação em arqueologia sobre o mundo rural alto-medieval (Fernández Mier, 1999; López Quiroga, 2004; Quirós Castillo, 2006, entre outros). Estes trabalhos vieram demonstrar a importância da análise de territórios específicos para caracterizar os processos de adaptação e transformação deste período, bem como as diferentes dinâmicas das paisagens rurais alto-medievais e das comunidades camponesas que as foram transformando.

Em Portugal, a situação foi distinta. Ainda que também se tenham levado a cabo obras de considerável dimensão, de que são exemplo os trabalhos da EDIA - *Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva* e, mais recentemente, os projectos de aproveitamento hidroeléctrico da EDP - *Energia de Portugal* na região de Trás-os-Montes, muitos dos sítios arqueológicos alto-medievais identificados nestes contextos carecem de publicação adequada e posterior reflexão.

Quanto à investigação académica dedicada ao período alto-medieval, entre o princípio dos anos 90 e a primeira década de 2000 foram levadas a cabo um impressionante número de teses de mestrado sobre sepulturas escavadas na rocha, principalmente em territórios do Norte e Centro do país (Marques, 1995; Teixeira, 1996; Lopes, 2002; Vieira, 2004; Lourenço, 2007; Tente, 2007a). Face aos resultados obtidos nestas análises os sepulcros rupestres foram aceites como uma ferramenta válida para reconstruir a rede de povoamento alto-medieval. Embora parte dos resultados obtidos nestes trabalhos fossem exclusivos dos territórios analisados, também se detectaram padrões recorrentes. Tal como M. Barroca havia referido para a região de Entre-Douro-e-Minho, na primeira grande análise desta natureza em território português (1987; 2011-2012), verificou-se que o comportamento dos sepulcros rupestres, habitualmente “isolados” ou em pequenos grupos de 2/3, e em concentrações que muito raramente excediam os 10 elementos, plasmavam uma rede de povoamento disperso, em que as sepulturas escavadas na rocha se constituíam como panteões familiares. Nos diferentes territórios analisados os sepulcros rupestres surgiam repetidamente associados a vestígios de superfície, que remetiam para a presença de espaços habitacionais e produtivos, sugerindo uma relação directa entre estas realidades. No entanto, desta prometedora primeira

vaga de estudos sobre o povoamento rural alto-medieval, poucos foram os investigadores que deram continuidade aos seus trabalhos, cristalizando um conjunto de problemáticas ligadas às sepulturas escavadas na rocha, cujas respostas se poderiam ter procurado no mundo dos vivos.

Ainda aceitando que outros condicionantes externos possam explicar a falta de continuidade destes estudos, do ponto da investigação não é difícil de perceber o porquê da falta de trabalhos sobre estas realidades arqueológicas. De facto, às dificuldades de estudar a Alta Idade Média, acrescem os desafios próprios do seu mundo rural, e que podemos resumir em 5 pontos principais:

- A natureza dos sítios rurais alto-medievais: estruturas ténues e de difícil identificação, devido ao uso generalizado de materiais perecíveis/estruturas negativas;
- A ausência de metodologias bem definidas para reconhecer e escavar correctamente estes contextos arqueológicos;
- A inexistência de colecções cerâmicas de referência e de fósseis directores que permitam a atribuição de cronologias seguras;
- O carácter local destes contextos, que punha em causa a capacidade de realizar comparações úteis entre territórios;
- A baixa representatividade de sítios de habitat alto-medievais nos inventários arqueológicos de superfície.

Para superar estes condicionantes era necessário repensar objectivos e ajustar metodologias de análise, reconhecer que para caracterizar correctamente o mundo rural alto-medieval era necessário assumir a complexidade destes contextos multifacetados, sobre os quais tão pouco se sabia. Havia que redireccionar a investigação de forma a incidir também nas áreas produtivas e considerar a aplicação de métodos pouco utilizados na arqueologia dos períodos históricos: as datações absolutas; o estudo dos ecofactos; as análises geoarqueológicas e os estudos palinológicos. O primeiro projecto em Portugal a aplicar esta metodologia foi o de C. Tente no Alto Mondego (2010, 2011a e 2015, entre outros). Tendo como base uma primeira análise de povoamento apoiada nas sepulturas escavadas na rocha (Tente, 2007a) foi depois possível identificar e intervencionar sítios rurais neste território de montanha. Os dados recuperados permitiram obter uma imagem complexa das comunidades camponesas do século X e propor a evolução deste território numa longa diacronia, que

arrancava no século V. Posteriormente foi desenvolvido um projecto para o território de Viseu, tendo a vista a compreensão das dinâmicas entre centros urbanos e espaços rurais neste período. Sob a orientação de C. Tente, e desde o Instituto de Estudos Medievais (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa) tem-se assistido nos últimos anos ao aumento de trabalhos de mestrado e doutoramento dedicados à Alta Idade Média, muitos deles incidindo no mundo rural. Esta nova escola de Alta Idade Média está a permitir finalmente sistematizar os dados disponíveis para o território português, superando problemas e encontrando novas metodologias de trabalho.

É neste contexto que se insere a nossa dissertação. O território de Castelo de Vide assumiu-se desde logo como uma área de análise privilegiada para o estudo das sociedades camponesas alto-medievais, devido à existência de um abundante número de vestígios vinculados a este período, reconhecidos no inventário municipal. Este aspecto, combinado com o nosso conhecimento prévio deste território (Prata, 2012 e 2014a), bem como o apoio manifestado pela Câmara Municipal de Castelo de Vide para que fosse dada continuidade aos nossos trabalhos, motivaram a realização da presente investigação.

Quisemos assim desenvolver uma metodologia de análise que tivesse em mente a importância do mundo rural e a agência das comunidades camponesas nos processos históricos, tentando detectar as diferentes escalas em que se articula o campo neste período. Nesse sentido, e procurando colmatar vazios de informação, o nosso objectivo era produzir o máximo de dados arqueológicos rigorosos, que seriam o nosso objecto de estudo. Metodologicamente esta investigação teve três fases basilares: identificação, intervenção e sistematização. A realização das nossas próprias escavações permitiu-nos obter contextos arqueológicos rigorosos e estabelecer colecções de referência para aspectos materiais, que por sua vez vieram a ser muito úteis na análise dos contextos de trabalhos arqueológicos anteriores e na leitura dos dados de superfície. Assim, foi possível conjugar informação proveniente de distintos registos, obtendo um enorme volume de dados que permitiriam reconstruir aspectos sobre a vivência das comunidades rurais alto-medievais.

Nesta dissertação iremos demonstrar como foi possível, graças a uma metodologia arqueológica, reconhecer os vestígios materiais das sociedades camponesas alto-medievais no território de Castelo de Vide e caracterizar a sua rede de povoamento. Ao longo destas páginas apresentaremos a nossa metodologia, os resultados que nos permitiu obter e

discutiremos aspectos concretos da ocupação rural que agora se começa a definir, no âmbito de contextos análogos à escala da Península Ibérica.

I.1. Contexto da investigação

Entre 2013 e 2016 versões do presente projecto de doutoramento foram candidatas a um total de 4 vezes ao concurso de Bolsas de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), o organismo português que financia a investigação científica¹. Na quarta tentativa, quando tínhamos já obtido um volume considerável de dados arqueológicos inéditos, considerou-se que o projecto se adequava às exigências do concurso. De facto, a “*falta de garantia de resultados*” foi um argumento utilizado pelo painel de avaliadores como ponto de maior fragilidade do projecto em candidaturas anteriores. Esta postura poder-se-á explicar pela falta de dados arqueológicos sobre comunidades camponesas alto-medievais no território português, e também pela escassez de projectos desta natureza que permitissem reivindicar a arqueologia como uma ferramenta eficaz para reconstruir os processos históricos do mundo rural.

Assim, foi necessário primeiro extrair os nossos próprios dados para provar a viabilidade do nosso plano de trabalhos. Finalmente, a metodologia que aplicámos provou-se eficaz para o território de Castelo de Vide, e os contextos arqueológicos que trouxemos à luz permitiram assegurar o financiamento individual da autora, ainda que apenas na recta final da dissertação. Foi-nos finalmente concedida uma bolsa de doutoramento FCT para o período entre Outubro de 2016 e Setembro de 2018, que ainda assim, devido a atrasos na resolução do concurso, começou a ser atribuída apenas a partir de Maio de 2017.

Por este motivo, gostaríamos de esclarecer que desde Outubro de 2013, data da nossa primeira matrícula no programa de doutoramento em *Historia Medieval, Moderna, Contemporánea y de América* da Faculdade de Geografia e História da Universidade de Salamanca, até à concessão da referida bolsa, a investigação para a presente dissertação foi sendo levada a cabo sempre em simultâneo com outras actividades profissionais, no campo da arqueologia e da docência.

Graças à disponibilidade da Câmara Municipal de Castelo de Vide, que se prestou a dar o apoio logístico e técnico necessário aos trabalhos de campo inerentes à presente investigação, elaborámos no início de 2014 o projecto plurianual em arqueologia PIPA -

¹ Em Espanha, versões deste mesmo projecto foram apresentadas em 2 candidaturas de bolsas pré-doutorais da Junta de Castilla y León e ainda 1 convocatória FPI.

Projecto de Investigação Plurianual em Arqueologia: PRAMCV – *Povoamento rural alto-medieval no território de Castelo de Vide*. Este enquadramento legal permitiu levar a cabo trabalhos em sítios arqueológicos no âmbito de um contexto de investigação, mas exigiu também os trâmites necessários para a elaboração e aprovação do mesmo, a gestão do processo com a tutela, a Direção Geral do Património Cultural (DGPC), bem como todos os procedimentos próprios da arqueologia no que respeita aos pedidos de autorização de trabalhos arqueológicos bem como a realização regular dos relatórios dos mesmos. Durante este período, os principais resultados obtidos no âmbito do projecto PRAMCV foram sendo divulgados em encontros da especialidade e em publicações científicas, sendo também realizada divulgação a nível local, através de diferentes actividades (palestras, aulas e exposições) que procuraram o retorno social imediato dos trabalhos levados a cabo no município.

Entre 2014 e 2017 o PRAMCV permitiu obter um enorme volume de dados arqueológicos respeitantes às comunidades rurais que durante o período alto-medieval ocuparam o território de Castelo de Vide. A presente dissertação apresenta uma compilação e leitura integrada destes vestígios materiais, no seu conjunto inéditos, propondo um modelo para a reconstrução da rede de povoamento alto-medieval e dos processos sociais, culturais, económicos e rituais, detectados neste território concreto. Os resultados obtidos nesta leitura local foram também cruzados com os de contextos análogos de modo a integrar a presente investigação no panorama actual e contribuir activamente para a reconstrução do papel das comunidades camponesas nos processos históricos da Alta Idade Média peninsular.

I.2. Organização da dissertação

A presente dissertação divide-se em dois volumes. O primeiro volume corresponde ao corpo de texto da dissertação na sua forma impressa e divide-se em cinco grandes blocos, além da presente introdução: enquadramento, metodologia, evidência arqueológica, discussão e considerações finais.

No capítulo do enquadramento começaremos por definir e caracterizar o nosso espaço de estudo bem como a baliza cronológica da nossa análise. Faremos igualmente uma apresentação dos dados disponíveis para este território aquando do início dos nossos trabalhos, um breve estado da investigação a nível peninsular e a contextualização das actividades levadas a cabo no âmbito do projecto PRAMCV.

No apartado dedicado à metodologia começaremos por definir o objecto de estudo e os objectivos que nortearam a presente investigação. Serão depois expostas as opções metodológicas tomadas para cada um dos trabalhos arqueológicos realizados: a prospecção e gestão de dados de superfície, as escavações e a análise da cultura material.

No campo da evidência arqueológica serão apresentados os contextos materiais que foram objecto da nossa análise. Este apartado inicia-se com uma síntese da documentação arqueológica disponível para a ocupação de época romana no território de Castelo de Vide. Serão posteriormente apresentados os sítios alto-medievais alvo de escavação arqueológica e os principais resultados obtidos nas intervenções levadas a cabo pelo PRAMCV e nos trabalhos realizados anteriormente. No terceiro apartado deste capítulo é apresentada uma síntese dos principais trabalhos de prospecção realizados e uma síntese da informação de superfície disponível para o povoamento alto-medieval. Será ainda levado a cabo o enquadramento destas realidades territoriais a uma escala regional, tomando como ponto de comparação a informação disponível para os concelhos vizinhos.

Uma vez exposta a documentação arqueológica passaremos para o capítulo da discussão onde se efectuará uma análise dos dados reunidos no apartado anterior, tendo em vista a caracterização dos seguintes aspectos: técnicas construtivas, a produção oleira e outras produções materiais, as estruturas de transformação de produtos e a dimensão funerária. Realiza-se posteriormente uma síntese global onde são contrastados todos os aspectos considerados anteriormente e são traçadas ilações sobre a organização e exploração do território e as escalas de produção, distribuição e consumo. Este capítulo conclui-se com uma proposta de sequência diacrónica para o povoamento rural analisado.

Finalmente no apartado das considerações finais são elencados os principais resultados obtidos, sendo também considerados os limites da presente investigação e apresentadas potenciais vias de análise consideradas prioritárias e que pretendemos seguir.

Apresenta-se ainda um Anexo Digital (CD) onde se inclui o *Catálogo de ocorrências alto-medievais*, uma cópia da dissertação na qual constam versões a cores de toda a documentação gráfica apresentada e outros anexos relevantes.

I. INTRODUCCIÓN

El periodo comprendido entre la caída del Imperio romano de Occidente y la llegada del Islam está marcado por sucesivas y profundas transformaciones político-administrativas, económicas e ideológicas en la península ibérica. Hasta hace poco, el conocimiento disponible sobre este intervalo temporal, entre los siglos V y VIII, era fruto de la combinación de fuentes de diferente origen: los escasos documentos escritos, producidos por y para sectores muy específicos de la sociedad; la información obtenida de la arquitectura y de elementos ornamentales de edificios singulares; y el estudio de los ajuares funerarios de las necrópolis atribuidas a esta cronología; todos ellos datos que, combinados, ofrecían un información parcial y escasa, y permitían apenas lecturas desiguales.

Al mismo tiempo, se conocían los nombres de protagonistas destacados, los eventos clave y los escenarios de los grandes cambios, lo que permitía trazar una secuencia histórica, más o menos lineal, definida por conceptos antagónicos: continuidad y ruptura; permanencia y transición; antigüedad y medieval; clásico y bárbaro. Y, aunque las revisiones historiográficas más recientes descartaran esta visión historicista y catastrofista del periodo pos-romano, el subtexto latente en estos binomios ha continuado empapando buena parte de la producción científica y de los postulados teóricos de muchos investigadores. Basta, para ello, reflexionar acerca de la variedad de designaciones que recibe esta etapa — tardoantigüedad, suevo-visigótica, altomedieval...— según se pretendan destacar determinados procesos en detrimento de otros.

Los intentos por reconstruir los procesos históricos de esta época nos mostraban una visión segmentada de la sociedad, realizando lecturas que dejaban al margen a una parte considerable de la población: los campesinos. El mundo rural rara vez merecía atención, o era visto como una realidad paralela, dependiente de los centros urbanos en torno a los cuales se estructuraba, siendo los campesinos una masa homogénea de figurantes que se ajustan pasivamente a la secuencia histórica del discurso principal.

Sin embargo, la identificación de fenómenos sociales exclusivos del mundo rural en este período y la constatación de un progresivo aumento de la autonomía de las sociedades campesinas a la hora de gestionar sus procesos productivos (Wickham, 2008), tornó evidente la importancia de incluir lo rural en el debate histórico centrado en esta época.

En la península ibérica resultó fundamental la contribución de la arqueología para este cambio de paradigma. En España, principalmente entre 1997 y 2007, durante el *boom* de la

construcción, la arqueología de los contextos altomedievales conoció un enorme crecimiento y una acumulación de datos sin precedentes. Las extensas áreas afectadas por proyectos de infraestructuras públicas o por desarrollos constructivos privados permitieron, por vez primera, excavar en su práctica totalidad yacimientos rurales altomedievales. Las realidades arqueológicas que se descubrieron en estas intervenciones, y los importantes trabajos de síntesis que se llevaron a cabo (Vigil-Escalera, 1999; 2003), permitieron sacar a la luz a las comunidades campesinas del periodo altomedieval, tan desconocidas hasta ese momento. Al mismo tiempo se plantearon los primeros proyectos de investigación en arqueología, precisamente, sobre el mundo rural de esta cronología (Fernández Mier, 1999; López Quiroga, 2004; Quirós Castillo, 2006, entre otros). El desarrollo de estos trabajos acabó por destacar la importancia de los análisis territoriales para caracterizar los procesos de adaptación y transformación, así como las diferentes dinámicas de los paisajes rurales altomedievales y de las comunidades campesinas que las fueron transformando.

En Portugal la situación fue distinta. Aunque también se llevaron a cabo obras de gran envergadura, por ejemplo los trabajos de la EDIA (Empresa de Desarrollo e Infraestructuras del Alqueva) y, más recientemente, los proyectos de aprovechamiento hidroeléctrico de EDP (Energía de Portugal) en la región de Trás-os-Montes, muchos de los yacimientos arqueológicos identificados en estos contextos carecen de estudio, publicación y análisis de conjunto.

En lo que se refiere a la publicación académica dedicada al periodo altomedieval, desde inicios de los años 90 y durante la primera década del siglo XXI, se llevaron a cabo un número impresionante de tesis sobre el fenómeno de las sepulturas excavadas en la roca, fundamentalmente en los territorios del Norte y del Centro del país (Marques, 1995; Teixeira, 1996; Lopes, 2002; Vieira, 2004; Lourenço, 2007; Tente, 2007a). A partir de los resultados obtenidos en estos análisis, los sepulcros rupestres fueron identificados como una herramienta válida para la reconstrucción de la red de poblamiento altomedieval. Y aunque parte de los resultados obtenidos en estos estudios fueran específicos para los territorios analizados, también se observaron algunos patrones recurrentes. Tal y como M. Barroca había destacado para la región entre el Duero y el Miño, en el que fuera el primer gran análisis de estas características para el territorio portugués (1987; 2011-2012), se verificó que el comportamiento de los sepulcros rupestres, habitualmente “aislados” o en pequeños grupos de 2 o 3, y en concentraciones que muy rara vez sobrepasaban los 10 elementos, plasmaba una red de poblamiento disperso en la que las sepulturas excavadas en la roca constituían panteones familiares. En los diferentes territorios analizados, los sepulcros rupestres

aparecían reiteradamente asociados a vestigios en superficie, remitiendo a la presencia de espacios habitacionales y productivos en las inmediaciones, sugiriendo una relación directa entre estas dos realidades. Con todo, de esta primera oleada de estudios sobre el poblamiento rural altomedieval fueron pocos los investigadores que dieron continuidad a sus trabajos, anquilosándose así un conjunto de cuestiones alrededor de las sepulturas excavadas en la roca cuyas respuestas podían (y debían) haberse buscado en el mundo de los vivos.

Aun aceptando que existan condicionantes externos expliquen la falta de continuidad de la mayoría de estos estudios, desde el punto de vista de la investigación no resulta difícil comprender el porqué de la ausencia de trabajos sobre estas realidades arqueológicas. De hecho, las dificultades de estudiar la Alta Edad Media superan a los desafíos propios del mundo rural, pudiendo resumirse en cinco puntos principales:

- La propia naturaleza de los yacimientos rurales altomedievales: estructuras *tenues*, de difícil identificación, debido a un uso generalizado de materiales constructivos perecibles y/o estructuras negativas;
- La ausencia de métodos bien definidos para reconocer y excavar correctamente estos contextos arqueológicos;
- La escasez de colecciones cerámicas de referencia, así como de *fósiles directores* que permitieran la atribución de cronologías seguras;
- El carácter acentuadamente local de estos contextos, situación que ponía en causa la posibilidad de comparar territorios;
- La baja incidencia de los yacimientos habitacionales altomedievales registrados en las cartas e inventarios arqueológicos.

Para superar estos condicionantes, era necesario repensar los objetivos y ajustar la metodología de estudio, asumiendo que para caracterizar correctamente el mundo rural altomedieval era necesario reconocer la complejidad de estos contextos multifacetados sobre los que se conocía tan poco. Era necesario redirigir la investigación para abarcar también las áreas productivas y considerar la aplicación de métodos poco utilizados en la arqueología de los periodos históricos: las dataciones absolutas, el estudio de los ecofactos, los análisis geoarqueológicos y los palinológicos. El primer proyecto en Portugal en aplicar este conjunto de técnicas fue el dirigido por C. Tente en el Alto Mondego (2010 y 2015). Teniendo como base un primer análisis del poblamiento a partir de las sepulturas excavadas en la roca (Tente, 2007a), fue posible identificar y excavar en diferentes yacimientos rurales de este territorio

de montaña. Los datos recuperados permitieron obtener una imagen compleja de las comunidades campesinas del siglo X y proponer la evolución de este territorio en una larga diacronía cuyo inicio se fijó en el s. V. Posteriormente fue planteado un proyecto con similares características para el territorio de Viseu, esta vez con el objetivo de definir las relaciones existentes entre el mundo urbano y el ámbito rural durante este periodo. Bajo la dirección de la profesora C. Tente, y desde el *Instituto de Estudos Medievais* (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa), se han desarrollado en los últimos años un creciente número de *teses de mestrado* y doctorales dedicadas a la Alta Edad Media, incidiendo especialmente en el mundo rural. Esta nueva escuela de arqueología de la Alta Edad Media está logrando sistematizar los datos disponibles para el territorio portugués, resolviendo los problemas existentes en la historia de la investigación nacional y encontrando nuevos métodos de trabajo.

Es en este contexto en el que se desarrolló nuestra tesis. El territorio de Castelo de Vide se reveló desde el inicio como un área privilegiada para el estudio de las sociedades campesinas altomedievales, debido al elevado número de vestigios vinculados a este periodo que se encontraban recogidos en el inventario municipal. Esta situación, unida a la experiencia adquirida en trabajos previos que habíamos llevado a cabo en el territorio (Prata, 2012 y 2014a) y el apoyo manifestado por la Cámara Municipal de Castelo de Vide para dar continuidad a los mismos, fue lo que motivó la realización de la presente investigación.

Quisimos así desarrollar una metodología de análisis que tuviera en cuenta la importancia del mundo rural y la agencia de las comunidades campesinas en los procesos históricos, intentando detectar las diferentes escalas en las que se articula el espacio rural durante el periodo en estudio. En este sentido, y procurando siempre llenar los vacíos de información existentes, nuestro objetivo fue conseguir, desde la arqueología, un volumen de datos contrastados que permitieran sentar las bases de nuestro análisis. Metodológicamente, esta investigación tuvo tres fases: identificación, intervención y sistematización. La realización de nuestras propias excavaciones nos permitió obtener contextos arqueológicos excavados con rigor que permitieran la comparación entre sí; también nos permitió establecer colecciones de referencia dentro de la cultura material que, además, fueron de gran utilidad en el análisis comparativo con los resultados de los trabajos arqueológicos que se habían realizado en el territorio anteriormente y, también, en la lectura de los datos de superficie. De este modo fue posible conjugar la información procedente de distintos

registros, obteniendo un gran volumen de datos que permitieron reconstruir aspectos clave sobre el modo de vida de las comunidades rurales altomedievales.

En este trabajo mostraremos cómo fue posible, desde planteamientos metodológicos arqueológicos, reconocer los elementos materiales de las sociedades campesinas altomedievales del territorio de Castelo de Vide y caracterizar su red de poblamiento. A lo largo de las siguientes páginas describiremos la metodología empleada, los resultados que nos permitió obtener y discutiremos algunos aspectos concretos de la ocupación rural que ahora se comienza a definir, haciendo referencia a contextos análogos a nivel peninsular.

I.1. Contexto de la investigación

Entre 2013 y 2016 se presentaron un total de cuatro versiones de este proyecto doctoral a otras tantas convocatorias de becas de la *Fundação para a Ciência e Tecnologia* (FCT), el organismo público portugués que financia la investigación científica en el país². A la cuarta tentativa, cuando ya habíamos desarrollado parte del proyecto y teníamos un considerable volumen de datos arqueológicos inéditos, se consideró que el proyecto se adecuaba a las exigencias del concurso. De hecho, la “*ausencia de garantía de resultados*” había sido uno de los argumentos utilizado por el panel de evaluadores como punto de mayor fragilidad del proyecto en candidaturas anteriores. Esta postura refleja, en el fondo, el profundo vacío de datos existente sobre las comunidades campesinas altomedievales en el territorio portugués, así como la escasez de proyectos de este tipo y para este periodo, resaltando la necesidad de reivindicar la arqueología como herramienta eficaz para reconstruir los procesos históricos del mundo rural.

Fue necesario, por tanto, extraer nuestros propios datos para demostrar la viabilidad de nuestro plan de trabajo. La metodología aplicada resultó válida para el territorio de Castelo de Vide, y los contextos que excavamos permitieron, finalmente, asegurar la financiación individual de la autora en la recta final del trabajo. Obtuvimos una beca predoctoral concedida por la FCT para el periodo comprendido entre octubre de 2016 y septiembre de 2018, beca que, debido a diferentes retrasos en la resolución de la convocatoria, sólo comenzamos a recibir en mayo de 2017.

² Hemos de añadir que este proyecto, convenientemente adaptado, fue también presentado a dos convocatorias de becas predoctorales de la Junta de Castilla y León y a una convocatoria FPI.

Por este motivo, nos gustaría señalar que desde octubre de 2013 (fecha de nuestra primera matrícula en el Programa de Doctorado en *Hª Medieval, Moderna, Contemporánea y de América* de la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad de Salamanca) hasta la concesión de la referida beca, la investigación desarrollada para llevar a cabo el presente trabajo fue siempre compaginada con otras actividades profesionales en el campo de la arqueología y la docencia.

Gracias a la disponibilidad de la Cámara Municipal de Castelo de Vide, que prestó el apoyo logístico y técnico necesario para los trabajos de campo, elaboramos a comienzos de 2014 el Proyecto de Investigación Plurianual en Arqueología (PIPA): PRAMCV (*Povoamento rural alto-medieval no território de Castelo de Vide*). Este marco legal permitió llevar a cabo los trabajos arqueológicos en el ámbito de un proyecto de investigación, pero también exigió los trámites necesarios para la elaboración y aprobación de dicho PIPA, la gestión del proceso con la entidad que garante la tutela del patrimonio portugués (la *Direção Geral do Património Cultural* - DGPC), así como los procedimientos y trámites propios de la arqueología referentes a la autorización de los trabajos y a la redacción de los correspondientes informes tras cada intervención. Durante este periodo, los principales resultados obtenidos en el proyecto PRAMCV fueron divulgados tanto en reuniones y publicaciones científicas como a nivel local, a través de diferentes actividades (charlas, aulas, exposiciones) que buscaron el retorno social inmediato de los trabajos llevados a cabo en el municipio.

El proyecto PRAMCV, desarrollado entre 2014 y 2017, nos permitió obtener un gran volumen de datos sobre las comunidades rurales que, durante la etapa altomedieval, ocuparon el actual territorio de Castelo de Vide. La presente tesis doctoral presenta una compilación y lectura integral de estos datos materiales, en su mayoría inéditos, proponiendo un modelo para la reconstrucción de la red de poblamiento y los procesos sociales, culturales, económicos y rituales detectados en este territorio. Los resultados obtenidos en este análisis local fueron cruzados con los de contextos análogos, con el objetivo de integrar la presente investigación en el panorama científico actual y contribuir activamente en la reconstrucción del papel que tuvieron las comunidades campesinas en los procesos históricos de la Alta Edad Media peninsular.

I.2. Organización de la Tesis

El presente trabajo se divide en dos volúmenes. El primero de ellos contiene el cuerpo de la tesis, impreso y dividido en cinco grandes bloques, además de la presente *Introducción: Encuadramiento, Metodología, Evidencia arqueológica, Análisis de los datos y Consideraciones finales*.

En el capítulo referente al encuadramiento de la investigación comenzaremos por definir y caracterizar el espacio geográfico de nuestro estudio, así como el intervalo temporal abarcado. También presentamos los datos que estaban disponibles para este territorio cuando comenzamos nuestros trabajos, junto con un breve estado de la cuestión a nivel peninsular y la contextualización de las actividades llevadas a cabo en el ámbito del proyecto PRAMCV.

En el apartado destinado a la metodología, comenzaremos por definir el objeto de estudio y los objetivos científicos que orientaron nuestra investigación. A continuación se expondrán las opciones metodológicas adoptadas en cada uno de los trabajos arqueológicos llevados a cabo: prospección y gestión de datos de superficie; las excavaciones y el análisis de la cultura material.

En el capítulo dedicado a las evidencias arqueológicas presentaremos los contextos que fueron analizados. Este apartado comienza con una síntesis de la documentación arqueológica disponible para definir la ocupación romana en el territorio de Castelo de Vide; posteriormente se presentan los yacimientos altomedievales que fueron excavados en el territorio y cuáles fueron los principales resultados obtenidos en las intervenciones arqueológicas llevadas a cabo por el PRAMCV y también en campañas de excavación previas. El tercer punto dentro de este capítulo se dedica a la presentación de los trabajos de prospección realizados y un resumen analítico de la información de superficie disponible para el poblamiento altomedieval. Por último, se presentará una visión a escala regional de la información disponible (especialmente para los municipios vecinos) tomando como punto de comparación el análisis realizado en el territorio de Castelo de Vide.

Una vez presentada toda la información arqueológica daremos paso al capítulo de análisis, donde se valorarán los datos reunidos en el capítulo anterior teniendo en cuenta una serie de aspectos característicos: las técnicas constructivas, la elaboración de cerámica, así como otras producciones materiales, las estructuras de transformación de productos y el aspecto funerario. Se realiza posteriormente una síntesis global donde son contrastados todos los aspectos considerados anteriormente y son trazadas algunas conclusiones sobre la organización y explotación del territorio y las escalas de producción, distribución y consumo.

Este capítulo concluye con una propuesta de secuencia diacrónica para el poblamiento rural analizado.

Por último, en el apartado de las consideraciones finales, se exponen los principales resultados obtenidos, los límites del presente estudio y se valoran las vías de análisis prioritarias para continuar con nuestra investigación.

Se incorpora, además, un Anexo Digital (CD) donde se incluye el *Catálogo de yacimientos altomedievales*, una copia de la Tesis con las imágenes y gráficos a color, así como otros anexos relevantes.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da nossa investigação os dados disponíveis sobre a ocupação rural alto-medieval do território de Castelo de Vide traduziam-se fundamentalmente num conjunto de contextos funerários, associados a vestígios de estruturas, cuja natureza e cronologia se encontrava por determinar. Este quase total desconhecimento sobre os espaços camponeses alto-medievais, no território de Castelo de Vide mas facilmente extensível ao Alto Alentejo, criava uma grave lacuna que urgia colmatar, e foi esse o objectivo primordial da presente investigação. Não obstante, a inexistência de uma base empírica sólida sobre a qual estruturar este trabalho obrigou à redefinição de prioridades e à adaptação da metodologia com o avançar da investigação. O próprio objecto de estudo foi-se definindo com a progressão dos trabalhos e os objectivos adaptados às realidades arqueológicas que começavam a ser sistematizadas. O inventário municipal, fruto dos labores do GACV e da SACMCV, oferecia um ponto de partida e permitia supor, em pontos concretos do território, uma intensa ocupação durante o período alto-medieval. A revisão crítica dos resultados obtidos em trabalhos anteriores possibilitou completar quadros de ocorrências e identificar vestígios arqueológicos inéditos. Não obstante, os principais resultados obtiveram-se graças à realização de escavações arqueológicas. Os espaços intervencionados traduzem-se em edifícios domésticos e produtivos que permitem visualizar aspectos muito concretos dos modos de vida camponeses, oferecendo importantes dados para a reconstrução dos processos de transformação do mundo rural.

Partindo da pouca informação disponível sobre a ocupação rural romana foi possível detectar intensas alterações nos padrões de povoamento e exploração do território na transição para a Alta Idade Média. De uma aparente produção centralizada num reduzido número de *villae* de média dimensão passamos para uma densa rede de pequenas granjas. O final das propriedades romanas a partir do século V neste território é um processo multifacetado e que necessita ainda de um diagnóstico detalhado. Ainda assim, desde a perspectiva da ocupação alto-medieval, parecem coexistir diferentes situações. Certamente que alguns destes sítios romanos foram abandonados, e em alguns locais atesta-se uma intensa reutilização de material construtivo na edificação das novas estruturas camponesas. Em sítios pontuais documentam-se fases de uso romanas e outras alto-medievais, mas faltam dados para saber se nos encontramos perante ocupações contínuas ou processos de reutilização posteriores a um abandono inicial. Noutros casos parece existir uma sobreposição espacial entre as antigas propriedades romanas e os novos habitats camponeses

o que poderá reflectir o reaproveitamento de antigas parcelas agrícolas, uma hipótese que necessita ainda de validação arqueológica.

A nova rede de povoamento que se estrutura implanta-se junto a zonas de passagem, antigas vias que certamente continuam em uso, e que desempenhariam um papel fundamental na articulação do território. São também visíveis motivações relacionadas com o aproveitamento agrícola: os sítios camponeses implantam-se em pequenos vales atravessados por ribeiros sazonais aptos a cultivos diversificados. O povoamento mapeado reflecte uma associação sistemática entre os espaços dos vivos e o lugar dos mortos. As sepulturas escavadas na rocha, o tipo de estrutura funerária mais frequente, implantam-se em pequenos grupos de 2 ou 3 três elementos nas imediações das estruturas domésticas e produtivas, ou em situação individualizada de forma dispersa naqueles que seriam os campos de cultivo ou as zonas de pasto. Estes espaços funerários são a manifestação de grupos familiares auto-reconhecidos e expressam processos complexos no qual os mortos incorporam um discurso legitimador na apropriação e exploração dos espaços imediatos.

Em termos arquitectónicos as estruturas camponesas deste território consistem em edifícios levantados com alçados de pedra, construídos com um sistema de duplo paramento de blocos graníticos preenchido por uma mistura de terra, pedra miúda e pequenas quantidades de argamassa de cal. Os níveis de circulação são pavimentos de terra batida, sendo também utilizada a rocha base quando exposta. Dentro dos espaços habitacionais identificam-se estruturas de lareira quadrangulares construídas ao nível do chão e objectos quotidianos que atestam espaços de uso diversificado: cerâmica doméstica e de armazenamento, moinhos circulares e mós, bancadas e superfícies de trabalho, percutores e bigornas, cossoiros, facas e afiadores, vestígios de escória e mineral de ferro... No exterior reconhecem-se grandes estruturas semicirculares, evidência de áreas do tipo pátio ou curral, onde se recolheriam rebanhos e também seriam levadas a cabo outras actividades quotidianas.

A par com as estruturas de uso eminentemente doméstico reconhecem-se edifícios produtivos, lagares de vara com mecanismos de parafuso e lagares e lagariças escavadas na rocha, que atestam uma intensa e complexa actividade de transformação de produtos. As manufacturas analisadas revelam a existência de produções domésticas direccionadas para o autoconsumo que convivem também com labores semiespecializadas e que sugerem intercâmbios locais de produtos e serviços, em alguns casos provavelmente associados a actividade itinerante e sazonal. A produção oleira recorre a pastas de matriz granítica, disponíveis localmente, verificando-se uma predominância das produções a torno lento e

cozeduras em ambientes não controlados, provavelmente em fogueira ou soenga. O reportório cerâmico é limitado mas pouco uniforme, propondo produções descentralizadas geridas à escala doméstica e alguma actividade especializada, principalmente evidente nas produções mais exigentes tecnicamente, como a cerâmica de armazenamento e de construção. É precisamente ao nível das telhas que se detecta uma maior uniformidade entre os diferentes sítios analisados, sugerindo uma produção centralizada e distribuição a nível local das cerâmicas de cobertura. Outros labores documentados exigem um nível mínimo de conhecimentos técnicos: a planificação e a obtenção de materiais construtivos para os edifícios de pedra, a escavação das sepulturas rupestres, a elaboração dos componentes de madeira dos mecanismos de prensado, a metalurgia do ferro... evidências de competências que certamente não estariam ao alcance de todos e que sugerem a circulação horizontal de produtos e serviços entre as diferentes granjas alto-medievais deste território.

Por sua vez, a existência de uma intensa produção de azeite e/ou vinho, que superaria as necessidades locais e que implicaria uma acumulação de excedentes, sugere a integração destes grupos camponeses em escalas económicas mais abrangentes, sendo estes produtos destinados ao comércio regional e/ou o pagamento de obrigações fiscais. Em qualquer caso, a existência de um nível produtivo dirigido para o exterior dos âmbitos camponeses intui a actuação de elites, personagens destacadas que medeiam a integração destes processos socioeconómicos a uma escala supralocal.

O final desta rede de granjas é marcado por um abandono generalizado, e aparentemente voluntário, destes pequenos habitats e que parece situar-se num momento ainda indeterminado do século VIII. Não dispomos de explicações satisfatórias para justificar este fenómeno. Os vestígios da presença muçulmana no território do Alto Alentejo são praticamente nulos mas não podemos descartar que o abandono deste modelo de povoamento rural disperso seja uma consequência indirecta das novas dinâmicas que supôs esta etapa à escala peninsular.

Os resultados da presente investigação permitiram uma primeira aproximação aos processos sociais e económicos destas comunidades camponesas alto-medievais. Foi possível caracterizar o funcionamento deste microterritório à escala local e também visualizar a sua integração noutras escalas produtivas. Não obstante, a obtenção, através das diferentes campanhas de escavação, de um volume tão grande de dados num período de tempo relativamente curto, e o contexto no qual se desenvolveu a investigação, não permitiu ainda uma reflexão exaustiva sobre todas as questões levantadas por estes novos dados. Ainda assim, foi possível identificar uma quantidade notável de processos perceptíveis ao nível do

registo arqueológico e propor hipóteses explicativas que esperamos que possam vir a ser aprofundadas no futuro.

Os vestígios materiais do povoamento alto-medieval do território de Castelo de Vide encontram-se em zonas de escassa potência de solo e em terrenos graníticos ácidos. Estas características geológicas e os processos de formação do registo arqueológico são pouco compatíveis com a conservação de matéria orgânica, e estas limitações justificam pelo menos uma parte das questões por resolver. A impossibilidade de realizar datações absolutas sistemáticas para os diferentes contextos analisados, consequência principalmente da inexistência de material datável, não permite confirmar a contemporaneidade dos sítios analisados. A nossa proposta, neste momento e com os dados que temos analisados, é que esta rede de granjas se desenvolve ao longo dos séculos VI e VII e é utilizada por um período relativamente curto de tempo, dada a ausência de evidências arqueológicas que remetam para reformas, transformações ou reocupações das estruturas. Trata-se, todavia, de uma proposta que necessita de validação adicional.

A escassez de materiais orgânicos não permite tão-pouco caracterizar plenamente as estratégias de aproveitamento do território, para além dos dados indirectos conservados no registo material. Este problema é extensível à produção oleícola e vinícola e à dificuldade em atestar de forma conclusiva a natureza dos produtos transformados nos lagares alto-medievais. Não obstante, contamos ainda com um conjunto de recolhas de sedimentos e outras amostras cuja análise se encontra por concluir e que esperamos que possam vir a aportar informação adicional. Igualmente, a realização de análises polínicas e de fitólitos poderá ajudar a validar propostas explicativas.

Do ponto de vista puramente arqueológico esta investigação permitiu sistematizar os elementos materiais das comunidades rurais alto-medievais que se conservam nesta área: vestígios funerários, sepulturas escavadas na rocha, sepulturas de lajes e sarcófagos graníticos; estruturas domésticas e produtivas contruídas com alçados de pedra; e estruturas de transformação, nomeadamente, lagares de vara e lagariças rupestres. A proposta de articulação deste território durante a Alta Idade Média foi realizada a partir dos resultados obtidos a esta escala microrregional, pelo que é possível que este modelo explicativo não seja válido para outros territórios. Não obstante, parece evidente que, pelo menos à escala do Alto Alentejo e principalmente nos territórios de Nisa e de Marvão, tenha existido um povoamento rural alto-medieval semelhante ao que aqui se caracterizou. No apartado dedicado aos dados de superfície tivemos oportunidade de demonstrar o potencial que detêm as análises territoriais a esta escala mais abrangente. Para integrar convenientemente os

resultados obtidos no território de Castelo de Vide será necessário caracterizar os contextos materiais de outros sítios alto-medievais próximos, e compreender se os fenómenos aqui detectados conformam excepções ou se, pelo contrário, se inscrevem numa tendência regional. De igual modo, seria fundamental contar com uma caracterização mais detalhada dos processos que ocorrem na cidade de *Ammaia* no período pós-romano e determinar se este centro urbano terá mantido alguma capacidade de gerir ou captar produção desde o seu entorno rural. Igualmente relevante para a correcta compreensão da reorganização dos espaços camponeses em época alto-medieval será a sistematização dos processos de transição que ocorrem ao nível das *villae* neste território. Resultados eloquentes poderão ser igualmente alcançados através da comparação detalhada dos resultados obtidos sobre as comunidades alto-medievais do território de Castelo de Vide e outros contextos camponeses à escala peninsular e europeia, algo que não foi possível concretizar plenamente no âmbito do presente trabalho mas que se encontra entre as nossas prioridades de investigação futuras.

Longe de ser um fim em si mesma pretendemos que esta tese seja um ponto de partida e uma base sólida sobre a qual continuar a investigar. Castelo de Vide será agora o território português onde contamos com mais dados sistematizados sobre as comunidades camponesas durante os primeiros séculos da Idade Média. Esperamos que os resultados obtidos na presente investigação ponham de relevo a validade da arqueologia como uma ferramenta para reconstruir os processos do mundo rural antigo, e que a metodologia aplicada se prove igualmente eficaz para territórios análogos, motivando novas investigações.

VI. CONSIDERACIONES FINALES

Cuando comenzamos nuestra investigación, los datos disponibles sobre la ocupación rural altomedieval del territorio de Castelo de Vide eran, fundamentalmente, un conjunto de contextos funerarios asociados, en algunos casos, a evidencias de estructuras en las inmediaciones cuya naturaleza y cronología estaban por determinar. Este desconocimiento casi total de los espacios campesinos altomedievales, en particular del territorio de Castelo de Vide pero se trata de es una situación extensible a todo el Alto Alentejo, creaba un vacío que urgía completar, y ese fue el objetivo que nos impulsó a acometer esta investigación. La ausencia de una base empírica sólida sobre la que estructurar este trabajo obligó a redefinir las prioridades de la investigación y a adaptar la metodología a medida que se iba desarrollando. El propio objeto de estudio fue definiéndose al mismo tiempo que progresaban los trabajos y los objetivos se iban adaptando a las realidades arqueológicas que comenzaban a sistematizarse. El inventario arqueológico municipal, fruto de los trabajos del *Grupo de Arqueología de Castelo de Vide* y, posteriormente, de la *Secção de Arqueologia da Câmara Municipal de Castelo de Vide*, ofrecía un punto de partida y permitía suponer, al menos para determinadas zonas del territorio, una intensa ocupación durante el periodo altomedieval. La revisión crítica de los resultados obtenidos en trabajos previos permitió completar la información sobre yacimientos existentes, así como identificar otros inéditos. No obstante, los principales resultados se lograron gracias a las excavaciones arqueológicas que llevamos a cabo. Los espacios en los que se actuó revelaron la existencia de estructuras interpretadas como habitacionales y de producción que permiten vislumbrar aspectos muy concretos del modo de vida campesino, ofreciendo importantes datos para la reconstrucción de los procesos de transformación del mundo rural.

Partiendo de la escasa información disponible acerca de la ocupación rural romana, fue posible detectar intensas alteraciones en el modelo de poblamiento y explotación del territorio en la transición a la Alta Edad Media. De una aparente producción centralizada en un reducido número de *villae* de dimensión media, pasamos a una densa red de pequeñas granjas. El final de las propiedades romanas a partir del siglo V en este territorio es un proceso multifacetado que necesita aún de un análisis propio y detallado. Desde la perspectiva de la ocupación altomedieval parecen coexistir diferentes situaciones. Seguramente algunos de estos espacios romanos fueron abandonados, prueba de ello sería la intensa reutilización de su material constructivo en la edificación de las nuevas estructuras campesinas. En algunos yacimientos concretos se documentan fases de ocupación romanas y otras altomedievales, pero de momento carecemos de datos para saber si se trata de una

ocupación continua o si se debe a procesos de reutilización posteriores del mismo espacio, tras un abandono inicial. En otros casos parece existir una clara superposición espacial entre las antiguas propiedades romanas y los nuevos hábitats campesinos, hecho que reflejaría el reaprovechamiento de las parcelas agrícolas existentes, sugeriendo hipótesis de trabajo que necesitan de nuevos datos desde la arqueología.

La nueva red de poblamiento se estructura a partir de espacios implantados junto a zonas de paso, antiguas vías que se mantienen en uso y que desempeñarían un papel fundamental en la articulación del territorio. Son también reconocibles motivaciones vinculadas al aprovechamiento agrícola: los espacios campesinos que sitúan preferentemente en pequeños valles atravesados por arroyos estacionales aptos para cultivos diversificados. La implantación del poblamiento refleja una asociación sistemática entre los espacios de los vivos y el lugar de los muertos. Las sepulturas excavadas en la roca, el tipo de estructura funeraria más frecuente, se localizan, normalmente en grupos de 2 o 3 elementos, en las inmediaciones de las estructuras, sean domésticas o productivas, o de manera individual y dispersa en aquellos que serían los campos de cultivo o las zonas de pasto. Estos espacios funerarios son la manifestación de grupos familiares auto-reconocidos y expresan procesos complejos en los cuales los muertos incorporan un discurso legitimador de la apropiación o la explotación de los espacios inmediatos.

En el aspecto arquitectónico, las estructuras campesinas del territorio estudiado corresponden a edificios levantados con alzados de piedra, contruidos con un sistema de doble paramento a base de bloques irregulares de granito local y utilizando como relleno una mezcla de tierra, cascajo y pequeñas cantidades de argamasa. Los niveles de circulación son pavimentos de tierra batida, aunque en ocasiones se aprecia la utilización directa del propio substrato rocoso cuando este se encuentra expuesto. Dentro de los espacios habitacionales se identificaron hogares cuadrangulares delimitados al nivel del suelo. También se identificaron objetos cotidianos que muestran espacios interiores de uso diversificado: cerámica doméstica y de almacenaje, molinos de piedra tanto circulares rotatorios como de mano, superficies de trabajo, percutores y mazos, fusayolas, cuchillos y piedras de amolar, fragmentos de escorias y evidencias de mineral de hierro... En el exterior de estas estructuras se advierte la existencia de grandes muros semicirculares, patios o corrales, que servirían para recoger los rebaños y desempeñar otras actividades cotidianas.

Junto con las estructuras de uso doméstico se reconocieron edificios ligados a la producción de aceite o vino: lagares de vara con mecanismos de tornillo, así como lagares y lagaretas excavadas en la roca, que reflejan una intensa y compleja actividad de

transformación de productos. Las manufacturas analizadas revelan la presencia de producciones domésticas dirigidas al autoconsumo que conviven también con labores semi-especializadas que sugieren intercambios locales de productos y servicios, en algunos casos probablemente asociados a actividades itinerantes o estacionales. La producción cerámica utiliza pastas de matriz granítica, disponibles localmente, verificándose un predominio de las producciones a torno lento y cocciones en ambientes no controlados, probablemente mediante hogueras o en hoyos. El repertorio cerámico es limitado, pero poco uniforme, lo que sugiere producciones descentralizadas gestionadas a escala doméstica combinadas, eso sí, con cierta actividad especializada, evidente a través de las producciones más exigentes técnicamente, como los grandes recipientes de almacenaje o la cerámica de construcción. Es precisamente en las tejas usadas en las coberturas donde se detecta una mayor uniformidad entre los diferentes yacimientos estudiados, lo que nos lleva a considerar la existencia de una producción centralizada y su distribución a nivel local. Otras labores documentadas exigen un cierto nivel de conocimientos técnicos: la planificación y la obtención de materiales constructivos para los edificios de piedra, la excavación de las propias sepulturas rupestres, la elaboración de las estructuras de madera de los mecanismos de prensado, la metalurgia del hierro... evidencias todas ellas de competencias que probablemente no estarían al alcance de todos los miembros de la comunidad y que sugieren una circulación horizontal de productos y servicios entre las diferentes granjas altomedievales del territorio.

A su vez, la existencia de una intensa producción de aceite y/o vino, que superaría con creces las necesidades locales y que implicaría una acumulación de excedentes, sugiere la integración de estos grupos campesinos en escalas económicas más amplias, destinando estos productos al comercio regional y/o usándose como medio de pago de obligaciones fiscales. En cualquier caso, la existencia de un nivel productivo dirigido hacia el exterior de los ámbitos campesinos permite intuir la actuación de élites, personajes destacados que intervendrían en la integración de estos procesos socio-económicos en una escala supralocal.

El final de esta red de granjas parece estar marcado por un abandono simultáneo y generalizado de estos pequeños núcleos habitacionales, aparentemente voluntario, que podríamos situar en algún momento indeterminado del siglo VIII. No disponemos aún de explicaciones satisfactorias para justificar este fenómeno. Las evidencias materiales de la presencia musulmana en el territorio del Alto Alentejo son prácticamente nulas, pero no podemos descartar que el abandono de este modelo de poblamiento rural disperso sea una consecuencia indirecta de las nuevas dinámicas que supuso esta etapa a escala peninsular.

Los resultados de nuestra investigación han permitido una primera aproximación a los procesos sociales y económicos de estas comunidades campesinas altomedievales. Fue posible caracterizar el funcionamiento de este micro-territorio a escala local, y también visualizar su integración en otras escalas productivas. No obstante, la obtención a través de las diferentes campañas de excavación de un volumen tan grande de datos en un periodo de tiempo relativamente corto, y en el contexto en el que se desarrolló la investigación, no nos ha permitido aún una reflexión exhaustiva sobre todas y cada una de las cuestiones motivadas por estos nuevos datos. Aun así, fue posible identificar una cantidad notable de procesos perceptibles a partir del registro arqueológico, proponiendo hipótesis explicativas que esperamos que puedan ser ampliadas en el futuro.

Los restos materiales del poblamiento altomedieval del territorio de Castelo de Vide se encuentran en zonas con suelos de escasa potencia y afectados por la acidificación debido a su matriz granítica. Estas características geológicas y los procesos inherentes a la formación del registro arqueológico son poco compatibles con la conservación de materiales orgánicos, y estas limitaciones justifican en parte algunas de las cuestiones que quedarán por resolver. La imposibilidad de realizar dataciones absolutas sistemáticas para los diferentes contextos analizados, consecuencia principalmente de la ausencia de material datable, no permite confirmar la contemporaneidad de los yacimientos estudiados. Nuestra propuesta, en este momento y con los datos que hemos analizado, es que esta red de granjas se desarrolla a lo largo de los siglos VI y VII, y es utilizada durante un periodo relativamente corto de tiempo, dada la ausencia de evidencias arqueológicas que remitan a reformas, transformaciones o reocupaciones de las estructuras. Se trata, de momento, de una propuesta que necesita de más datos para su validación global.

La escasez de materiales orgánicos tampoco permite caracterizar por completo las estrategias de explotación del territorio, más allá de los datos indirectos conservados en el registro material. Este problema es extensible a la producción oleícola y vinícola, y a la dificultad en definir con precisión qué productos se estaban transformando en los lagares altomedievales. No obstante, contamos aún con una serie de sedimentos -y otras muestras- cuyos análisis están pendientes y que esperamos que puedan aportar información adicional en este sentido. Del mismo modo, la realización de análisis polínicos y de fitolitos podrán ayudar a validar algunas de las propuestas explicativas planteadas en este trabajo.

Desde el punto de vista estrictamente arqueológico, esta investigación permitió sistematizar los elementos materiales de las comunidades rurales altomedievales que se conservan en esta área: contextos funerarios, sepulturas excavadas en la roca, sepulturas de

lajas y sarcófagos graníticos; estructuras domésticas y productivas construidas con alzados de piedra; y estructuras de transformación, principalmente lagares de vara y lagaretas rupestres. La propuesta presentada para explicar la articulación de este territorio durante la Alta Edad Media fue realizada a partir de los resultados obtenidos a escala microrregional, por lo que existe la posibilidad de que sea un modelo explicativo no aplicable a otros territorios. No obstante, parece evidente que, por lo menos a escala del Alto Alentejo y, principalmente en los municipios vecinos de Nisa y Marvão, existió un poblamiento rural altomedieval de características similares al recogido en estas páginas. En el apartado dedicado al estudio de los datos de superficie tuvimos oportunidad de demostrar el potencial que conllevan los análisis territoriales más amplios. Para integrar convenientemente los resultados obtenidos en el territorio de Castelo de Vide será necesario caracterizar los contextos materiales de otros yacimientos próximos y analizar si los fenómenos que hemos detectado aquí suponen excepciones o si, por el contrario, se insertan en una tendencia regional. De igual modo, sería fundamental contar con una caracterización más pormenorizada de los procesos que suceden a lo largo de esta etapa pos-romana en la ciudad de *Ammaia*, determinando si desde este centro urbano se mantuvo la capacidad de captar o gestionar las producciones campesinas desde el que fuera su entorno rural inmediato. Igualmente, será relevante para la correcta comprensión de la reorganización de los espacios campesinos en el periodo altomedieval la sistematización de los procesos de transición que suceden en las *villae* del territorio. La comparación detallada de nuestros contextos con otras áreas peninsulares y europeas, algo que no fue posible realizar en detalle a lo largo de este trabajo, se encuentra también entre nuestras prioridades de investigación futuras dada la confianza que tenemos en esos análisis comparados para contrastar hipótesis explicativas para fenómenos que resultaron comunes a los grupos campesinos de este periodo.

Lejos de ser un punto y final, nuestra intención es que esta tesis sea el inicio de una base sólida desde la que continuar nuestra investigación. Castelo de Vide se ha convertido en el territorio portugués con más datos sistematizados sobre las comunidades campesinas que lo ocuparon durante los primeros siglos de la Edad Media. Esperamos que los resultados obtenidos en nuestro trabajo pongan de relieve la validez de la arqueología como herramienta para reconstruir los procesos del mundo rural antiguo, y que la metodología aplicada se muestre igualmente efectiva para territorios análogos, motivando con ello nuevas investigaciones.